

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Foi, finalmente, publicado em 12 de Dezembro de 2018, na II Série no Boletim Oficial, o anúncio relativo ao concurso público para a realização da empreitada de construção das estruturas principais do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas.

Porém, muitos cidadãos reagiram com incredulidade, estupefacção e consternação que o prazo máximo de execução da empreitada publicitada é de 1150 dias de trabalho.

Traduzindo este prazo em anos, e acrescentando a dilação para o início da obra, exceptuando os dias de chuva, passarão mais de 5 anos até que as estruturas principais do complexo, e apenas estas, estejam concluídas, isto se não houver as já habituais derrapagens de prazo de execução, completamente inócuas para o empreiteiro.

Ficará a faltar tudo o resto: acabamentos, equipamentos, etc., que não se sabe quantos meses mais, ou mesmo anos, irá levar até que o complexo hospitalar esteja em condições de entrar em funcionamento, prejudicando gravemente os interesses dos cidadãos, especialmente idosos, jovens e crianças.

A obra, essa, está a cargo do Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas, um gabinete do Governo que, actualmente, já provou à sociedade, mormente pelas (más) notícias que ultimamente têm vindo a público, que não está minimamente habilitado a gerir e coordenar a execução de grandes empreendimentos de obras públicas.

Não obstante, parece ser intenção do Governo, sabe-se lá quais as razões, de transformar tal estrutura numa direcção de serviços, malgrado o seu mau desempenho, mas também como sempre tem vindo a acontecer desde o estabelecimento da RAEM. Mais serviços públicos, mais papelada, menos produtividade, menos governo eletrónico e pouca transparência.

Não se encontra justificação plausível para que uma obra complexa, que irá custar muitos milhares de milhões de patacas ao erário público, não possa ser dividida em diversas empreitadas, conseguindo-se, assim, encurtar os prazos de execução.



高天賜 議員辦事處

GABINETE DO DEPUTADO JOSÉ PEREIRA COUTINHO

Tanto mais que não nos parece que a entidade que põe a obra a concurso tenha a capacidade necessária para gerir tal empreendimento numa só obra, mas talvez o consiga fazer em obras de menor dimensão.

Assim como não se encontra uma razão transparente para entregar uma obra com tal envergadura apenas a um só adjudicatário, até em prejuízo da indústria de Macau, que conta com vários e competentes construtores civis que até ainda recentemente criticaram a sistemática adjudicação de outras empresas do interior do continente.

Urge, pois, que o Governo tome as medidas adequadas para que um projecto que está prometido à população há já vários anos possa ser concluído o mais rapidamente possível.

Não acreditamos que o Governo não se importe com o bem-estar da população e não se preocupe em conseguir que, num prazo mais razoável e credível, o complexo esteja concluído e pronto a funcionar.

Estamos certos que o Governo há-de considerar que o novo complexo hospitalar pode contribuir para que Macau seja não só uma cidade de turismo e lazer, mas que também seja conhecida pela excelência da prestação de serviços médicos a quem deles necessite, seja a residentes, seja àqueles que nos visitam.

Não se entende, portanto, por que há que adiar os benefícios para a população e para a RAEM que resultam da consecução de um projecto com tal importância, a não ser que o laxismo e a incompetência imperem em detrimento dos interesses dos residentes.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando, que me sejam dadas respostas, de uma **forma CLARA, PRECISA, COERENTE, COMPLETA** sobre o seguinte:

1. Vai o Governo rever o concurso público para dividir a obra em várias empreitadas a fim de encurtar os prazos de execução e proteger as empresas construtores locais e comprometer-se com tal data e honrar o compromisso junto da população?

高天賜 議員辦事處

GABINETE DO DEPUTADO JOSÉ PEREIRA COUTINHO

2. Quando pensa, honestamente, o Governo poder vir a proporcionar à população o novo hospital público, de que se espera poder vir a prestar os serviços de qualidade e diversidade médicos a que os residentes (in)pacientemente tanto aspiram?
3. Irá o Governo indicar uma data credível para a conclusão de todo o complexo e para a sua entrada em funcionamento e aplicar os devidos multas em caso de incumprimento e atrasos?

**O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de
Macau aos 27 de Dezembro de 2018.**



José Pereira Coutinho